

10 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — Formalização das candidaturas — os requerimentos de admissão a concurso, dirigidos à inspectora-geral das Actividades Culturais, podem ser entregues pessoalmente na Inspecção-Geral das Actividades Culturais, Secção de Pessoal e Expediente, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, apartado 2616, 1116-802 Lisboa, ou remetidos pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, expedidos até ao termo do prazo referido no n.º 1 deste aviso.

12 — Formalização das candidaturas:

12.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à inspectora-geral das Actividades Culturais, contendo os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data de validade do bilhete de identidade e serviço de identificação emitiu, número de contribuinte fiscal, residência, código postal e telefone);

b) Identificação do concurso a que se candidata, bem como o número e a data do *Diário da República*, 2.ª série, onde se encontra publicado o presente aviso;

c) Habilitações literárias e profissionais;

d) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de admissão, constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

e) Menção expressa da categoria que possui, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual carreira e na função pública e classificação de serviço nos anos relevantes;

f) Quaisquer outros elementos que os interessados considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência.

12.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Currículo profissional, detalhado e actualizado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com a indicação dos respectivos períodos de permanência, actividades relevantes e participações em grupos de trabalho, assim como a formação profissional detida, com indicação das acções de formação finalizadas (cursos, estágios, especializações e seminários), indicando a respectiva duração, conteúdos programáticos, datas de realização e entidades promotoras;

b) Documento comprovativo das habilitações académicas;

c) Fotocópias dos comprovativos das acções de formação profissional realizadas de onde conste o número de horas das mesmas;

d) Declaração actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas) e autenticada, passada pelo serviço a cujo quadro o candidato pertence, da qual constem, de forma inequívoca, a categoria detida, a natureza do vínculo à função pública, a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública e, ainda, as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, relativas aos anos relevantes para o concurso;

e) Declaração, emitida pelos serviços de origem, da qual constem as áreas inerentes ao posto de trabalho que ocupa e a duração do

respectivo exercício, para avaliação da identidade de funções exercidas, tendo em conta o n.º 3 do presente aviso;

f) Outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito;

g) Fotocópia do bilhete de identidade.

13 — Os funcionários do quadro da IGAC ficam dispensados da apresentação dos documentos expressos no n.º 12.2, alíneas b) a g), desde que se encontrem arquivados no processo individual.

14 — Suprimento da avaliação de desempenho — o eventual suprimento da avaliação de desempenho será efectuado mediante requerimento do interessado, dirigido ao presidente do júri do concurso, apresentado até ao termo do prazo referido no n.º 1 e instruído com declaração, emitida e autenticada pelo serviço a cujo quadro o candidato pertence da qual constem, de forma inequívoca, que aquele se encontrou/encontra em situação inviabilizadora de atribuição de classificação/avaliação ordinária ou extraordinária e, bem assim, as classificações de serviço, na sua expressão qualitativa e quantitativa, que obteve ao longo do seu percurso profissional, com a indicação das correspondentes categorias.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação dos documentos comprovativos dos factos por si referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei penal.

17 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — licenciado Júlio Ernesto Fonseca Araújo Melo, sub-inspector-geral.

Vogais efectivos:

Engenheiro Joaquim Manuel da Silva Valente, director de serviços.

Licenciada Maria Rosa Pereira Nunes Beirão Mourão Bravo, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria Manuela Carvalho Neves Hipólito, chefe de divisão.

Licenciado Ricardo Manuel Arranzeiro Hipólito, director de serviços.

19 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

20 — «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.» (Despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Março de 2000.)

30 de Outubro de 2006. — A Inspectora-Geral, *Maria Paula Andrade*.



PARTE D

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Aviso (extracto) n.º 12 520/2006

Na sequência de concurso interno geral de ingresso para admissão de técnicos superiores estagiários, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2005, e face ao disposto no artigo 4.º, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e no Regulamento aprovado pelo despacho do Presidente do Tribunal de Contas de 19 de Outubro de 2006, foi constituído, por meu despacho

de 9 de Novembro de 2006, em substituição do director-geral, o respectivo júri de estágio, que ficou com a seguinte composição:

Presidente — Maria da Luz Carmezim Pedroso de Faria, auditora-coordenadora.

1.º vogal efectivo — Ana Paula Carvalho Valente, directora de serviços, que substituirá o presidente e director de estágio nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo — Maria da Conceição Albuquerque Cardoso Reis Ventura, assessora principal.

1.º vogal suplente — Helena Cristina Silveira dos Santos, auditora-chefe.

2.º vogal suplente — Carlos Henrique Alves Tavares, auditor.

O presidente do júri é simultaneamente o director do estágio, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento de Estágio.

10 de Novembro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Helena Abreu Lopes*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação (extracto) n.º 1623/2006

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 3 do corrente, foi nomeado em comissão de serviço o licenciado José

Adriano Machado Souto de Moura procurador-geral-adjunto nos supremos tribunais. (Prazo para aceitação da nomeação: cinco dias.) (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Novembro de 2006. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.

Despacho (extracto) n.º 23 975/2006

Por despacho do conselheiro Procurador-Geral da República de 9 de Outubro de 2006, foi o licenciado José Adriano Machado Souto de Moura, procurador-geral-adjunto, colocado na situação de disponibilidade, com efeitos a partir de 9 de Outubro do corrente ano. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2006. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.



PARTE E

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Rectificação n.º 1766/2006

Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de Agosto de 2006, a p. 14 974, col. 2.ª, despacho (extracto) n.º 16 482/2006, rectifica-se que onde se lê «Por despacho de 11 de Outubro de 2005: [...] Foi a licenciado Mário Celestino Chuva Gomes, nomeada» deve ler-se «Por despacho de 11 de Outubro de 2005: [...] Foi o licenciado Mário Celestino Chuva Gomes nomeado».

27 de Outubro de 2006. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Ciências

Despacho (extracto) n.º 23 976/2006

Na sequência do despacho do reitor da Universidade de Lisboa de 19 de Outubro de 2006, foi exonerada Sofia Margarida Jardim Batista Ramos Lopes Pinto, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com efeitos a 28 de Junho de 2006.

7 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel de Carvalho Ferreira Guimarães*.

Despacho (extracto) n.º 23 977/2006

Por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 9 de Outubro de 2006, proferido por delegação, foi celebrado contrato administrativo de provimento com o Doutor Mário João Barata Calha, precedendo concurso, para o exercício de funções de professor auxiliar, em regime de comissão de serviço extraordinária, por um quinquénio, escalão 2, índice 210, além do quadro de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel Guimarães*.

Faculdade de Medicina

Despacho (extracto) n.º 23 978/2006

Por despacho de 29 de Setembro de 2006 do vice-reitor, proferido por delegação do reitor, foi celebrado contrato administrativo de provimento entre esta Faculdade e Ana Bastos de Carvalho, para exercer funções de assistente convidada a 30%, com efeitos a 2 de Outubro de 2006, válido por um ano e renovável por mais um ano.

Por despacho de 27 de Outubro de 2006 do reitor da Universidade de Lisboa, foi celebrado contrato administrativo de provimento entre

esta Faculdade e Marcos Daniel Caetano Borges de Pinho, para exercer funções de assistente em regime de exclusividade, com efeitos a 29 de Junho de 2006, válido por seis anos, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data.

9 de Novembro de 2006. — A Chefe de Divisão, *Isabel Aguiar*.

UNIVERSIDADE DO MINHO

Despacho (extracto) n.º 23 979/2006

Por despachos de 20 de Junho e de 3 de Agosto de 2006 da directora regional de Educação do Norte e do reitor da Universidade do Minho, respectivamente, foram autorizadas as requisições dos licenciados Isabel Maria Antunes Barbosa, Jorge Manuel Rocha Pimenta e Esmeralda Fernandes Azevedo Esteves para o exercício das funções de assistentes convidados, em regime de colocação especial, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006 e termo em 31 de Agosto de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 23 980/2006

Por despacho de 26 de Setembro de 2006 do reitor da Universidade do Minho, foi celebrado contrato administrativo de provimento com o licenciado António José Branco da Cunha como assistente convidado a 50%, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 24 de Outubro de 2006 e termo em 23 de Outubro de 2007, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho (extracto) n.º 23 981/2006

Foi autorizada, por despacho de 6 de Novembro de 2006 do director, proferido por delegação de competências, a equiparação a bolseiro, no estrangeiro à Doutora Cláudia Maria Azenha Margato de Ramalho Sousa, professora auxiliar convidada a 30%, desta Faculdade, durante o período compreendido entre 25 de Novembro e 3 de Dezembro de 2006.

6 de Novembro de 2006. — O Director, *João Sãágua*.